

# FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

(Continuação do número anterior)

Ten Cel

CHILDERICO FERNANDES DE CARVALHO

## 5. A Capitania de Mato Grosso e a formação da Fronteira Brasil-Bolívia

### a. O Ciclo do Ouro Mato-grossense e a Criação da Nova Capitania

"A atração das minas de Coxipó, descobertas pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral Leme, deve-se a fundação de Cuiabá, em 1719, que veio a ser o centro fixador da civilização naqueles longínquos rincões e o baluarte da conquista do Oeste."

"O ouro ali encontrado era de aluvião, à flor da terra, ao alcance de quem primeiro fôsse buscá-lo." E assim que as notícias da existência de semelhantes riquezas naquelas paragens chegaram aos ouvidos dos habitantes da Colônia, logo para ali afluíram forasteiros de toda parte, que depressa vão povoando a região.

Cuiabá passou a ser "a terra da promessa". De lá eram enviadas para Portugal arrôbas e mais arrôbas de ouro que abarrotavam as arcas do Rei, "cuja Côrte passou a viver na voragem do luxo". "Não só Lisboa, mas todo o reino português foi reconstruído com o ouro do Brasil."

"E quanto mais ouro se achava maior era a ganância do Real Erário lusitano."

Mas quando a capacidade das lavras cuiabanas começou a esgotar-se e a dureza do fisco português tornou insustentável a situação dos mineradores, tiveram eles de embrenhar-se no sertão, atrás de novas pepitas ou procurando fugir ao pagamento dos dízimos, dos donativos, dos impostos de toda sorte.

A busca do ouro prossegue para Oeste e, já na terceira década do século, outra bandeira paulista, depois de percorrer o planalto dos Parecís, atinge a chapada entre os rios Galera e Sararé, onde o precioso metal é encontrado em abundância.

Na esteira dos bandeirantes, atraídos pelas notícias correntes, bandos e mais bandos de mineradores descontentes e de aventu-



reiros baianos, reinós e até castelhanos, seguem “atrás do ouro de Paes de Barros”, e logo surgem os arraiais de Santana, o de São Francisco Xavier e o de Nossa Senhora do Pilar, todos naquela mesma chapada.

“E pelo Sararé, chegam ao Guaporé, cuja grande bacia passaria a desempenhar importante papel na história da formação dos lindes ocidentais do Brasil.”

\* \* \*

Quando os luso-brasileiros atingiram a região do baixo-Guaporé, em seus tributários e no Mamoré, já se achavam estabelecidas inúmeras “missões” castelhanas que se apresentavam em franco progresso.

Em 1743, em viagem de reconhecimento e de busca de informes, o cronista Barbosa de Sá percorre a região chiquitana, visita tôdas as “reduções” jesuíticas ali existentes e, no regresso, apresenta à Côrte de Lisboa minucioso relato de suas observações, que vêm confirmar a necessidade da presença de uma alta autoridade portuguesa naquelas terras longínquas de além-Paraná, não só com o fim de lhes prover a administração, mas, sobretudo, para, assegurando direitos às fronteiras ocidentais da Colônia — que se achavam pendentes de negociações entre as duas Côrtes — garantir o domínio das ricas jazidas auríferas do Oeste brasileiro, em face da expansão espanhola que descia dos Andes para Este.

Em Carta-Régia, de 9 de maio de 1748, era criada a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da de São Paulo e desta separada pelo rio Paraná.

“E assim, naqueles sertões, voltavam a defrontar-se as duas raças colonizadoras, ambas impelidas por análogo determinismo histórico, e movidas pelas mesmas ambições de fortuna e glória de conquista.”

Ia ter início mais um período de lutas entre os velhos rivais, agora pela posse do vale guaporeano, onde os portugueses precisavam manter-se para assegurar as ligações fluviais com Belém, via Amazonas.

#### *b. O Tratado de Madri e os Lindes Mato-grossenses*

Em 1750, a espôsa do Rei de Espanha era filha de Monarca português. Era a oportunidade para que as duas Coroas firmassem um tratado de limites que, em definitivo, pusesse termo às continuadas disputas de fronteiras entre portugueses e espanhóis, na América,

“Não fará pequeno serviço a ambas as monarquias — escrevia Alexandre de Gusmão — todo ministro que cooperar para que os



limites da América se determinem por um tratado que corte a raiz às pretensões e contendias de parte a parte, pois enquanto assim não fôr, sempre os espanhóis se queixarão de que excedemos a linha e sempre os portugueses entenderão que, por muito que a excedam, não ficarão compensados dos excessos e prejuízos que receberam dos castelhanos no mar da Asia."

Das negociações encetadas pelas duas metrópoles, leal e competentemente conduzidas pelos Plenipotenciários de ambas as nações, resultou o TRATADO DE MADRI, de 13 de janeiro de 1750, segundo o qual a fronteira, "desde a boca do Igureí continuará pelo álveo acima até encontrar sua origem principal; e dali buscará em linha reta, pelo mais alto do terreno, a cabeceira principal do rio mais vizinho, que deságua no Paraguai por sua margem oriental, que talvez seja o que chamam Corrientes, e baixará pelo álveo dêste rio até sua entrada no Paraguai, desde a qual boca subirá pelo canal principal que deixa o Paraguai em tempo sêco; e pelo seu álveo até encontrar os pântanos que formam êsse rio, chamados a lagoa dos Xaraiés, e atravessando esta lagoa até a boca do rio Jauru".

"Desde a boca do Jauru pela parte ocidental prosseguirá a fronteira em linha reta até a margem austral do rio Guaporé, defronte da boca do rio Sararé, que entra no dito Guaporé, por sua margem setentrional; com declaração de que se os Comissários que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte da face do país acharem entre os rios Jauru e Guaporé outros rios ou balizas naturais, por onde mais cômodamente e com maior certeza se possa assinalar a raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que êles costumam fazer do Cuiabá para o Mato Grosso; os dois Altos Contraentes consentem e aprovam que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno, que possa ficar a uma ou outra parte. Desde o lugar, que na margem austral do rio Guaporé fôr assinalado para têrmo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo de sua união com o rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra e atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira, que entra no rio das Amazonas ou Marañon por sua margem austral."

Dai por diante a fronteira desceria pelo Madeira "e neste, determinando um ponto médio entre a junção dos dois rios anteriores e a foz do último, no Amazonas, começaria a linha Este-Oeste até o Javari..." (Fig. 1)

Assim, pelo mencionado tratado, caberia a Espanha:

- tôda a região que, hoje em dia, constitui a área territorial do Estado do Acre;
- parte do território pertencente ao Estado do Amazonas;



- a região de Casalvasco e serra do Aguapeí, fato que tornaria impraticável para os portugueses a manutenção do caminho que ligava Vila Bela e Cuiabá;
- e a região de Corumbá, onde se encontram as serras de Urucum e Jacadigo, ricas em minérios de ferro e manganês de alto teor metálico.

Em troca, Portugal ficaria com a maior parte da banda oriental do território pertencente atualmente à República do Paraguai.

Os acontecimentos posteriores, no entanto, viriam mostrar que se os portugueses de Mato Grosso se houvessem conformado com a raia estabelecida naquele diploma, provavelmente não teriam podido manter-se em Vila Bela, e mesmo em Cuiabá, assim perdendo o Guaporé; e sem um ponto de apoio na margem direita do rio Paraguai, talvez tivessem ficado sem condições para assegurar a navegação no grande caudal, o que os faria baldos dos meios e dos recursos de que iriam necessitar para conter o avanço espanhol na linha do Apa.

*c. O Governo de Rolim de Moura e os Lindes Mato-grossenses*

Quando Rolim de Moura assumiu, em Cuiabá, em janeiro de 1751, o exercício de suas funções, já trazia consigo as Instruções reais, baixadas em 1749, segundo as quais, “atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância, por causa da vizinhança que tem”, devia o Capitão-General fazer daquele Distrito sua “mais costumeira residência”.

Por isso, em novembro daquele mesmo ano, partiu o ilustre Oficial para o Guaporé, visitou as povoações da chapada aurífera do Sararé e mais garimpos existentes na área, e depois de alguns meses de explorações e estudos da região, selecionou um pôrto à margem direita do dito Guaporé, onde fundou, em março de 1752, a Vila Bela da Santíssima Trindade que viria a ser, por mais de meio século, a sede da novel capitania.

Que havia de português, nesse tempo, nas remotíssimas paragens de Mato Grosso? Além de Cuiabá, dos arraiais da chapada e de alguns garimpos, muitos deles de existência efêmera, nada mais praticamente existia. As águas do Paraguai, abaixo do Jauru, eram sulcadas pelas igaras ligeiras dos temíveis paiaguás que, nêle, mantinham contínua insegurança; ninguém podia transitar por ali sem se armar fortemente. A leste do grande rio, desde suas margens até as fraldas das serras, estendia-se o imenso Pantanal, úmido e quente e pleno de endemias, que não oferecia condições nem atrativos para sua ocupação. No Sul da Capitania, em terras antes exploradas pelos castelhanos — que as colonizaram durante quase um século e de onde foram repelidos pelos bandeirantes que palmilharam a região



à caça do aborígene — naquelas extensões de ninguém, então, viviam errantes os gualcurus; e depois que as expedições paulistas deslocaram, pelo Camapuã e por Goiás, o antigo itinerário para Cuiabá, voltaram a dominar os rios da bacia os ferozes “piratas dos Xaraiés”, que tantas devastações levaram às monções que se aventuravam naquelas paragens. Nada, absolutamente nada havia de português abaixo da linha do Miranda e do Pardo; como, também, nada de espanhol existia acima do paralelo do Jejuí.

Já para as bandas do Guaporé a situação era outra. Nas proximidades daquele curso de água, na extensa planície de Moxos, abundantemente irrigada por vários rios navegáveis que permitem saída para o Atlântico, via Madeira e Amazonas, ali, desde a última década dos Seiscentos, vinham os jesuítas espanhóis dedicando-se à ingente tarefa de evangelizar os índios da região que, em meados do século XVIII, dispunham de numerosas e prósperas “missões” estabelecidas ao longo do Mamoré, do Itonamas e do Baúres.

É natural, pois, que o Governo de Lisboa não visse com bons olhos aquela vizinhança incômoda que tentava dominar o vale guaporeano, inclusive estabelecendo-se à margem oriental do importante rio, cuja navegação era, agora, vital para os portugueses; tendo reconhecido a exclusividade da posse castelhana no Prata, precisavam eles, por isso, manter a do Amazonas. Esta a razão por que, ao invés de em Cuiabá, que dispunha de maiores recursos e oferecia melhores condições de conforto e segurança e um clima mais ameno e saudável, preferiu Rolim de Moura estabelecer-se em Vila Bela, assim avançando, em decisão temerária mas feliz nos resultados, a sede de seu governo para a linha de frente dos acontecimentos, de onde efetivamente pudesse controlar os movimentos e observar as intenções do eterno rival de mais uma disputa.

Para atrair moradores e povoá-la depressa, o arguto Capitão-General “concedeu privilégios e ampliou concessões aos que ali quisessem estabelecer-se; promoveu melhoramentos e incrementou a exploração mineral, medidas que fizeram de Vila Bela o foco da irradiação lusitana no vale guaporeano”. E decidido a fazer valer naquela região a letra do Tratado, cuidou de completar sua ação política com atos de domínio, rio abaixo: “explorou ao máximo o princípio do “uti-possidetis”; livrou da fiscalização dos missionários vizinhos a estrada fluvial, via Madeira, até Belém; expulsou jesuítas e colonos das terras da Capitania e, mais de uma vez, resistiu às armas castelhanas em defesa dos interesses da Coroa portuguesa”.

Em 1760, na qualidade de Comissário para os trabalhos de demarcação da fronteira, desceu Rolim de Moura o Guaporé e, a jusante da barra do Itonamas, estabeleceu a Guarda de Santa Rosa como advertência aos castelhanos que, ali, teimavam em não abandonar território português. Intimado a desistir da empresa,



respondeu ao Padre Sarmiento: "Sua Reverendíssima há de ter conhecimento pela História, que nunca os grandes oficiais espanhóis não causado temor aos portugueses."

Em 1761, chegam a Vila Bela emissários do Governador de Santa Cruz de la Sierra com a informação de que o tratado de limites fôra anulado razão por que pedia aquela autoridade que os portugueses se afastassem do Guaporé, "região nitidamente castelhana". Em resposta, Rolim de Moura transformou a Guarda de Santa Rosa no Forte de Nossa Senhora da Conceição e criou uma esquadilha fluvial armada para a "defesa e segurança dos direitos iuso-brasileiros na região contestada". E quando os espanhóis tentaram submeter a guarnição do Forte pelo bloqueio, o valoroso capitão-general, em revide, investiu contra o território inimigo e foi destruir a missão jesuítica de São Miguel, situada "a um dia de viagem da barra do rio Baúres".

Conclui-se, dêste breve relato, que durante os longos anos do Govêrno de Rolim Moura, as atenções dos portugueses de Mato Grosso estavam voltadas para o vale guaporeano, até onde os Vice-Reis do Peru queriam levar seus domínios. Os problemas atinentes ao restante da fronteira oeste estavam relegados a plano de importância secundária, já que o esforço maior de ambos os povos se concentrava no Prata, onde os espanhóis tentavam levar a raia até o Ibicuí. Houvera, também, luta pela posse da margem oriental do rio Uruguai, dada aos portugueses em troca da Colônia do Sacramento.

\* \* \*

Pelo Tratado de Madri, a região situada a oeste da reta que tinha por extremidades, de um lado a bôca do Jauru e do outro um ponto na margem esquerda do Guaporé, defronte da barra do Sararé, era uma área que deveria ficar sob domínio de Espanha. Mas para evitar que tal fato ocorresse bem como "que assim no Mato Grosso como no Cuiabá ficassem os vassalos dêste Reino lusitano, convindo quase em comum com os castelhanos", baixara o futuro Marquês de Pombal, desde 1753, as seguintes Instruções, destinadas a orientar Mendonça Furtado na execução do ajuste firmado pelos soberanos amigos e parentes afins, Fernando VI, de Espanha, e D. João V, de Portugal:

"Primo, que do rio Madeira se não podia passar à bôca do Jauru...

Secundo, que para subir o Guaporé ou Aporé não poderíamos depois encontrar o Jauru, senão perto de suas cabeceiras.

Tercio, que assim perderíamos o triângulo do país, desde a foz do Sararé até o Jauru.



Quarto, que com a perda dessa região nos ficaria inteiramente cortado pelos castelhanos o caminho que vai de Cuiabá ao Mato Grosso."

Depois de três anos de exaustivos reconhecimentos e de pormenorizado estudo da área, apresentou o Comissário demarcador ao Governo português, a seguinte proposta para fixação da raia naquela região:

"Do marco que se encontra à bôca do Jauru e a pouca distância dêle principiam umas serras a que se dá o nome de serras do Paraguai; e pelo cume delas correndo para o norte se devem buscar outras serras que pegam nestas e vêm parar defronte da Vila Bela da Santíssima Trindade, onde são conhecidas como serras do Pará; e pelo cume delas se deve vir buscar o rio Capivari, que está dia e meio de distância da dita vila porque desta forma ficam divididos os dois domínios por uma baliza tal como as sobredita, no que os castelhanos não perdem muito e nós avançamos e ficamos assim cobrindo as fazendas e parte do Jauru e as mais importantes quais são as do Mato Grosso, cuja subsistência depende das fazendas que se acham estabelecidas defronte da vila, entre a serra do Grão-Pará e o Guaporé."

"Na forma sobredita ficamos avançando os dois importantes rios Aguapeí e Alegre, para por êles fazermos com mais facilidade o caminho de Mato Grosso para Cuiabá. Será utilíssimo se pudermos estender a demarcação até Casa Redonda ou, ao menos, até o rio Verde."

Hoje, mais de dois séculos distantes dêsses acontecimentos, os que conhecem as abandonadas regiões do Noroeste mato-grossense e puderem observar, no local, as condições adversas que aquelas populações miseráveis têm de enfrentar para sobreviver, sem dúvida alguma saberão apreciar a fibra, a obstinação, o desprendimento e o patriotismo daqueles admiráveis portugueses que, com tanta intuição e discernimento, souberam conduzir-se na solução dos litígios de fronteiras com os espanhóis; e, num misto de gratidão e orgulho, louvar-lhes a dedicação extremada, a pertinácia sem limites, a absoluta lealdade com que defendiam os legítimos interesses da Coroa lusitana.

#### *d. Os Acôrdos de 1761 e as Repercussões que Tiveram nas Colônias Sul-Americanas*

O falecimento dos soberanos signatários do tratado de 1750; as dificuldades encontradas pelas comissões demarcadoras na delimitação das fronteiras; o descontentamento que, em ambos os países, provocaram algumas das cláusulas do ajuste firmado em Madri,



além de várias outras razões ainda não devidamente apuradas, são as causas que determinaram a assinatura do ato de 12 de fevereiro de 1761, pelo qual tôdas as questões de limites na América e na Ásia, pendentes entre Portugal e Espanha, voltavam "aos termos dos Tratados, Pactos e Convenções que haviam sido celebrados entre as duas coroas contratantes, antes do referido ano de 1750."

Voltava-se, assim, ao já célebre meridiano das Tordesilhas, para trás do qual teriam os portugueses de recuar suas linhas de ocupação, cedendo aos espanhóis o Amazonas e a bacia do Paraná-Paraguai, na América do Sul; ao passo que receberiam dos castelhanos, na Ásia, as Filipinas e as Molucas.

As estipulações contidas no Tratado de El Pardo não tinham, porém, nenhum sentido prático de execução, pois, nem os súditos de Carlos III estavam dispostos a abrir mão das ilhas do Sudeste asiático, nem os de D. José I poderiam conformar-se com a perda pura e simples da Amazônia "e das mais terras palmilhadas e conquistadas pelos bandeirantes em quase duas centúrias de arremetidas para o Oeste." Era, portanto, um acôrdo de aplicação no papel, tão-sòmente, conforme viriam comprovar os acontecimentos futuros.

De fato, alguns meses depois, em agôsto dêsse mesmo ano, a coligação dos Bourbons colocava, mais um vez, na longa série das contendidas européias, Espanha e Portugal em campos opostos. E a luta armada entre velhos rivais, conseqüente ao célebre "Pacto de Família", imediatamente repercutiu na América do Sul, com as hostilidades abertas por Ceballos contra os portugueses da Colônia do Sacramento, que se renderam praticamente sem luta, em outubro de 1762. A seguir, investiu o Governador de Buenos Aires para o norte; de passagem, apossou-se dos fortes de Santa Teresa e São Miguel, no Chui, e, em maio de 1763, entrava vitorioso na villa de S. Pedro, de onde passaria para a margem setentrional do canal do Rio Grande.

Na Amazônia, os portugueses anteciparam-se aos espanhóis em São Joaquim, no rio Branco e em Maribatanas, abaixo do Cucuí, e avançaram do Japurá para Tabatinga, onde levantaram um forte, na foz do Javari; no rio Negro os castelhanos chegaram primeiro, ficando de posse da bôca do Caciquire.

Em Mato Grosso, continuaram os capitães-generais a manter a firme política portuguesa de ocupação das terras conquistadas, tranqüilizados pelas condições existentes no Paraguai, de onde não apareciam sinais de tendências expansionistas das autoridades de Assunção, as quais, de há muito, vinham lutando para remediar a pobreza do povo e corrigir a decadência em que caíra a Província, conseqüência das agitações e da desordem ali reinantes desde os tempos de Antequera. Ademais, depois das ocorrências havidas no Rio Grande — onde os espanhóis, contrariando os termos do armis-



tício assinado em Paris, retiveram os territórios conquistados por Ceballos — em razão de tais fatos e a fim de evitar surpresas, resolvera o Governo de São Paulo cuidar da vigilância e da colonização do Iguatemi, com a criação, em 1766, da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres, na margem norte desse rio, providência que também influíu para acalmar as apreensões dos sucessores de Rolim de Moura quanto ao problema da segurança no sul da Capitania. Assim, puderam João Pedro da Câmara e Luís Pinto seguir a política preconizada, de atenção prioritária para o vale guaporiano, onde a proximidade das guarnições militares da Província de Moxos, cujos efetivos foram aumentados a partir de 1761, dava aos espanhóis a possibilidade de empreenderem ações contra o baixo-Guaporé, ameaçando o Madeira e tornando vulnerável o Solimões. E sem a posse do Guaporé-Mamoré, não poderiam os portugueses estender seus domínios até o Javari, nem assegurar a dominação do Amazonas, caminho fluvial de importância então vital para o comércio de Vila Bela, e por onde os governadores de Mato Grosso se ligavam mais diretamente com a Metrópole.

A exclusividade da navegação portuguesa no Guaporé e a manutenção da rota fluvial, via Madeira, até Belém, problemas que monopolizaram as atenções dos três primeiros governadores de Vila Bela, ainda por alguns anos, mesmo depois da decadência em que veio a mergulhar a Província de Moxos, em consequência da expulsão dos jesuítas espanhóis, em 1767, continuariam a merecer, para sua consolidação definitiva, as preocupações e cuidados daquele que a História consagra como o mais ilustre dos capitães-gerais de Mato Grosso, cuja obra, em rápida passagem, veremos a seguir.

*e. O Governo de Luís de Albuquerque e os Lindes Mato-grossenses*

O novo Capitão-General de Mato Grosso, Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, então Coronel de Infantaria do Exército português, “homem dinâmico, enérgico e tenaz”, assumiu o governo, em Vila Bela, em dezembro de 1772. Depois de acurado exame da situação geral da Capitania, concluiu que seu plano de ação deveria constituir-se em, primeiramente, consolidar a posição portuguesa no Guaporé, para depois, então, voltar-se para o rio Paraguai e extremidades meridionais do território sob sua jurisdição. Como seus antecessores, Luís de Albuquerque visava à consecução de um objetivo que ele perseguiria com determinação inabalável e desusada energia — e também com perspicácia e notável visão política — conduta que lhe permitiria firmar as bases da obra admirável que hoje responde por que Corumbá, Coimbra e mais sítios históricos localizados à margem direita do rio Paraguai, se inscreveram em nossos lindes, ao invés de serem atualmente território paraguaio ou boliviano. Mas, para que possamos apreciar o trabalho do hábil governante, em seus 18 anos de permanência em Vila Bela, acompanhemos suas realiza-



ções, passo a passo com os principais acontecimentos presentes no cenário sul-americano das competições luso-espanholas.

\* \* \*

O tratado de paz que pôs fim ao conflito conseqüente ao chamado "Pacto de Família", determinava que as posses territoriais dos contendores voltassem aos respectivos donos "no mesmo pé em que estavam, e na mesma conformidade dos Tratados precedentes, que subsistiam entre as côrtes de Espanha, de França e de Portugal antes da presente guerra". Aqui, na América, os espanhóis restituíram apenas a Colônia do Sacramento; retiveram Martim García, Dos Hermanos e o Rio Grande. Em vez de fazer reclamações pueris, preferiu Portugal simular resignação e dar o fato por consumado, enquanto, secretamente, determinava aos governantes, no Brasil, que procurassem reconquistar, o mais depressa possível, as posições perdidas aos espanhóis, quando da investida de Ceballos. O primeiro passo nesse sentido foi dado com a expulsão dos espanhóis da margem norte do canal de São Pedro, em 1767. Em novembro de 1773, a fim de reagir contra as sucessivas hostilidades dos portugueses, Vertiz y Salcedo, Governador de Buenos Aires, investe o interior gaúcho, funda o Forte de Santa Tecla e chega até as proximidades de Rio Pardo, de onde regressa a Montevideu, em meados do ano seguinte.

Em Mato Grosso, ao tomar Luís de Albuquerque conhecimento destes fatos e informado de que, no ano anterior (1773), os espanhóis de D. Agostinho Pinedo, Governador de Assunção, "foram formar uma praça na margem oriental do rio Paraguai, junto a donde deságua o rio Aguareí ou Ipané e se aplicam muito em catequizar os índios e irem ganhando terreno para o Norte", embora assoberbado com os problemas atinentes ao Guaporé, mesmo assim tratou de pôr em execução o plano de colonização da fronteira oeste da Capitania, abaixo do Jauru. Em 1775, valendo-se da proposta que o Padre Rodovalho fizera a Rolim de Moura, determinou a fundação do Forte de Coimbra, no Fecho dos Morros, tendo em vista "prevenir que os espanhóis se não apoderassem, não só do sobredito pôrto, como também nêle fortificados e ao abrigo dos estabelecimentos que têm no rio Paraguai, se fizessem senhores das pantanosas bôcas dos rios Miranda e Taquari, privando a Capitania da indispensável navegação e comércio com São Paulo e Rio de Janeiro, pela via dos outros rios Cuiaabá e Jauru, que tão útil e precisamente se frequênta, o que seria um golpe fatalíssimo."

Em abril de 1776, com a tomada do Forte de Santa Tecla, estava praticamente concluída para os portugueses a recuperação do Rio Grande. Imediatamente reagiu Espanha com a criação do Vice-Reinado do Prata e o envio de poderosa expedição à América, ao Comandante de Ceballos, agora na condição de Vice-Rei da nova organização



política, para "vingar os atropelos dos portugueses." O antigo governador de Buenos Aires apossou-se de Santa Catarina, em fevereiro de 1777; a seguir rumou para Colônia do Sacramento que, depois de capitular incondicionalmente, foi evacuada e totalmente destruída pelos espanhóis; quando se preparava para reforçar os tropas de Vertiz que marchavam para o Norte, recebeu ordens terminantes da Metrópole para suspender as hostilidades.

Enquanto tais fatos se passavam ao Sul, em Vila Bela continuava Luís de Albuquerque empenhado no problema de defesa do Guaporé, onde, em 1776, depois da tentativa inconseqüente do Coronel Pestana, Governador de Santa Cruz de la Sierra, de se apossar do Forte de Nossa Senhora da Conceição, resolveu o diligente Capitão-General substituir a velha estacada por um baluarte de primeira ordem, que servisse de sustentação à dominação portuguesa naquele rio. Em 20 de junho de 1776, presente Luís de Albuquerque, realizava-se a soleidade de fundação do Real Forte do Príncipe da Beira, "eloqüente padrão do poderio lusitano que lá se conservou, daí em diante, de tal modo sobranceiro e respeitado, que jamais teve de disparar um só tiro nem sofrer contestação ou ameaça de vizinhos castelhanos ou seus descendentes." Entre as realizações de Albuquerque no vale guaporeano, contam-se mais as guarnições de Pedras e Quinze Casas, na margem direita do rio; no lado oposto, Tôrres, abaixo da foz do Cabixi; Viseu, em frente à barra do Corumbiara e, a jusante da bôca do Paraguá, Pôrto dos Guarajus. A criação dessas posições fortificadas, convenientemente distribuídas ao longo do Guaporé, garantiu a inviolabilidade do território da Capitania nessa frente, e, estendendo para oeste a cobertura da fronteira, permitiu a Luís de Albuquerque, anos depois, estabelecer novos postos em Casalvasco e nas abas da serra do Grão-Pará, providência com que pôde avançar a segurança de Vila Bela para além da raia estabelecida no convênio de 1750, assegurar as indispensáveis ligações da sede do Governo com o rio Paraguai e Cuiabá e ocupar para o Brasil a bacia do Jauru e dos Barbados.

Em fevereiro de 1777, enquanto Ceballos conquistava, no Brasil, a ilha de Santa Catarina, em Portugal falecia D. José e assumia o trono sua filha, D. Maria, sobrinha de Carlos III, de Espanha. A queda de Pombal e a ida a Madri da Rainha-viúva, mãe de D. Maria e irmã do Monarca espanhol, propiciaram a reaproximação das duas Coroas, de que resultou a ordem de suspensão das hostilidades na América enquanto se negociava novo tratado de limites. Não obstante isto é, em 27 de outubro de 1777, D. Agostinho Pinedo que, em fevereiro desse ano, mandara construir o Forte de São Carlos, na margem sul do Iguatemi, daí partindo com enorme superioridade de meios, acomete e facilmente destrói a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres.



Vimos que os acontecimentos no Sul, em 1773/74, levaram Luís de Albuquerque a decidir-se pela imediata ocupação de um ponto no médio-Paraguai, onde os portugueses pudessem barrar o caminho do rio e impedir que os espanhóis avançassem além da raia estabelecida no tratado de 1750. Ciente de que o Forte de Coimbra fôra fundado cêrca de 300 km ao norte de Fecho dos Morros, no local hoje conhecido por estreito de São Francisco Xavier, o inflexível Governador imediatamente substituiu o Capitão Matias Ribeiro de seu cargo e nomeou para substituí-lo no comando do Presídio, o Sargento-mor Marcelino Camponês, a quem determinou averiguasse as razões do êrro e dissesse da conveniência de transferir-se para outro local a construção daquele pôsto militar. E preocupado com a cobertura da frente sul da Capitania, encarregou Leme do Prado de explorar o vale do Miranda, em busca de sítios favoráveis ao estabelecimento de guardas que servissem de incentivo à colonização portuguesa da região e que, em ligação com o Presídio de Coimbra, se prestassem apoio mútuo na vigilância e defesa da fronteira. Desconhecemos as razões por que deixou Luís de Albuquerque de levar avante a idéia de ocupação do vale do Miranda; mas depois das ações de Ceballos contra Santa Catarina e Colônia do Sacramento, e de Pinedo, no Sul de Mato Grosso, quando foi destruída a Praça do Iguaçu, resolveu o diligente Capitão-General retomar a seqüência de seu plano concernente ao rio Paraguai, de que resultou, em 1778, a fundação de Albuquerque, no morro das Pitãs, imediatamente a jusante do canal de Tamengos, atual cidade de Corumbá; a ocupação de Ladário por Leme do Prado, e na estrada que ligava Cuiabá a Vila Bela, a Vila Maria, hoje São Luís de Cáceres. Cinco anos mais tarde, em 1783, ao perceber que os espanhóis intentavam avançar a missão de Santana para mais de dez léguas na direção de Vila Bela, responde o atilado Governador com a instalação de Casalvasco, na margem direita do rio Barbados, assim completando "um sistema sábio e eficiente de fortalezas e povoações pelos pontos estratégicos da Capitania, que nem as sutilezas da diplomacia nem o poder das armas puderam deixar de reconhecer como o "uti-possidetis" de iniciativa luso-brasileira."

f. *O Tratado de Santo Ildefonso e os Lndes Mato-grossenses*

Em outubro de 1777, em Santo Ildefonso, firmaram os plenipotenciários das duas Coroas ibéricas nôvo tratado de limites, cujos termos, segundo Varnhagen, "foram ditados por Espanha, quase de armas na mão, e os pactos não podem deixar de parecer-nos aos do leão com a ovelha timorata". Continuavam, porém, as mesmas disposições quanto às fronteiras de Mato Grosso, apenas se persistindo no êrro de enunciá-las em termos vagos e imprecisos, razão por que os trabalhos de demarcação da linha divisória nunca puderam concluir-se.



As instruções para as comissões demarcadoras foram expedidas em junho de 1778, e logo no trecho confiado à Segunda Divisão ocorreram divergências que deram ao Comissário espanhol motivo para que tentasse levar a fronteira do Paraguai pelo rio Apa. Resumamos os fatos: Ambos os tratados, tanto o de 1750 como o de 1777, estabeleciam que, desde a barra do Iguaçu, a fronteira continuaria pelo álveo do Paraná, até a boca do Igureí; seguiria por este último rio até sua origem principal, de onde buscaria, em linha reta e pelo mais alto do terreno, a cabeceira principal do mais vizinho curso de água existente, que talvez fôsse o chamado Corrientes, afluente do rio Paraguai. Sá Faria, súdito português a serviço de Castela, argumentava que o Igureí, abaixo das Sete Quedas, não era próprio para servir de fronteira entre as colônias, e que no Paraguai não se conhecia rio algum chamado Corrientes. Inexplicavelmente aceitaram os comissários portugueses as alegações os castelhanos e concordaram com a proposta por estes apresentada: a raia prosseguiria pelo Iguatemi, primeiro afluente do Paraná, acima das Sete Quedas. Mais tarde, no entanto, comprovada a existência do Igureí, bem como a de seu correspondente, o Jejuí, escreveu o Vice-Rei do Brasil ao do Prata, esclarecendo que a convenção fôra firmada em caráter condicional, para o caso de não existir aquêle rio; comprovada sua existência, nêle e no Jejuí devia passar a linha divisória. “Tem razão o Vice-Rei do Brasil — responde com sofismas o Comissário espanhol — a convenção foi condicional e desaparece, apurada a existência do Igureí; mas o Igureí existe: é o Iguareí, Monici ou Ivinheima, e corresponde-lhe pelo Paraguai outro rio caudaloso (referia-se ao Apa) que desemboca aos 22 graus. Isto — acrescentava êle — nos dará as únicas terras não inundadas daquelas regiões; teremos ervaí, barreiros, salinas, pastos, águas, madeiras; as frotas de Cuiabá e Mato Grosso cairão em nossas mãos na boca do Taquari ou mais acima; podemos na paz chupar suas riquezas por um comércio que há de ser-nos vantajoso sem prejuízo; os famosos estabelecimentos de Mato Grosso, Cuiabá e serra do Paraguai serão precários a seus ilegítimos donos e alfim cairão em nossas mãos com o tempo.” E concluía: “No es posible que no tengamos las minas de Cuiabá y Mato Grosso, cuando las podemos atacar con fuerzas competentes, llevadas por el major rio del mundo, sin que los portugueses puedan sustenerlas ni llegar a ellas sino por el embudo obstruido del rio Tacuari, en canoas y con los trabajos que nadie ignora.” Propunha, ainda, Felix de Azara ao Governo espanhol a anexação ao Paraguai, de Coímbra e Albuquerque.

As pretensões do notável chicanista, embora fervoroso patriota, opunha-se, porém a personalidade do valoroso Governador de Mato Grosso que não estava disposto a ceder posições conquistadas à custa de tanto esforço e mantidas com maiores sacrifícios, a trôco de argumentos capciosos. Ainda mais porque as principais vias de comunicações pelas quais se atendiam às necessidades da Capitania,



correndo pela periferia de seu território, ficariam inteiramente à mercê dos espanhóis. De fato, os navegantes vindos de São Paulo atingiam o rio Paraguai através do Camapuã e pelo Taquari; rumavam para Cuiabá ou infletiam para oeste até o Registro do Jauru, fundado por Rolim de Moura, em 1762, de onde continuavam para Vila Bela; prosseguiram pelo Guaporé abaixo, até Belém, onde mais depressa chegavam os carregamentos de Lisboa. Por isto é que determinara o esclarecido Capitão-General a fundação de Coimbra e a de Albuquerque na margem ocidental do rio Paraguai, pois "sòmente desta maneira ficaria inteiramente salva e privativa dos portugueses a navegação preciosíssima do Mato Grosso para Cuiabá."

A esta ordem de idéias e também à de "curvar-se a linha por fora do caminho de Vila Bela a Cuiabá" é que se devem a fundação de Casalvasco e as explorações determinadas pelo incansável Governador, quando tóda a região dos rios Barbados, Alegre e Aguapeí foi palmilhada. Desceu-se o Jauru e o Paraguai; examinaram-se as lagoas Uberaba, Gaíba, Mandioré e Cáceres; cruzou-se a lagoa dos Xaraíes e se atingiu o rio Negro, que se constata ser mera baía cujo desaguadouro media seis léguas de extensão. Ao norte, para assegurar a navegação no Guaporé e preservar a Vila Bela de qualquer surpresa, dificultar a fuga de escravos e conservar as minas de Santo Antônio, nas vizinhanças de Viseu, julgava Luís de Albuquerque indispensável manter a margem ocidental daquele rio, pelo menos até São Simão, razão por que determina a exploração dessa área até o rio Paraguai. E ao afastar-se do govêrno de Mato Grosso, depois de 18 anos de permanência na Capitania, deixou esboçada a seus sucessores a linha divisória que julgava conveniente para o Brasil naqueles sertões: "desde pouco mais ou menos o rio de São Simão Pequeno ou baía de Tanguinhos, para baixo da serra dos Guarajus, até a baía chamada Negra, na margem direita do rio Paraguai, por baixo do Presídio denominado Coimbra."

#### 6. A Revolução Francesa e a repercussão nas Colônias Sul-Americanas dos princípios que a nortearam

"O iminente colapso financeiro resultante das guerras dispendiosas e das extravagâncias reais são as causas imediatas da Revolução Francesa, que destruiu o mito do poder divino dos reis, acabou com os privilégios dos nobres e nivelou os direitos das classes sociais. A servidão foi eliminada; aboliram-se de modo expresse os dízimos e as obrigações feudais dos camponeses; declararam-se findos os privilégios de caça dos nobres. A isenção de impostos e os monopólios de todos os tipos foram extintos como contrários à igualdade natural. A liberdade de pensamento, a tolerância religiosa e a livre imprensa foram declaradas invioláveis. Declarou-se que todos os cidadãos tinham direito a igual tratamento nos tribunais; ninguém poderia ser prêso ou punido, senão em virtude de com-



petente processo judicial. Afirmou-se que a soberania residia no povo, e que somente dêle emanaria." A França era agora uma República.

Em 1792 a Assembléia votava a suspensão do Rei e, no ano seguinte, era Luís XVI processado, julgado culpado e levado à guilhotina. Tais fatos escandalizaram a Europa e causaram nos demais monarcas um sentimento de medo que os levou a fazerem declaração conjunta em que afirmavam ser a restauração da ordem na França questão de "comum interesse de todos os soberanos europeus", atitude que equivalia a clara e indisfarçável ameaça de intervenção nos negócios internos daquele país e, portanto, a guerra.

As derrotas impostas aos pugnadores da nova ordem, o descalabro financeiro reinante no país, a miséria, a fome em que se debatia o povo e sobretudo a ação despudorada dos aproveitadores de todas as oportunidades, daqueles mesmos "salvadores da pátria" que tão gloriosas promessas haviam feito em nome da Revolução, toda essa incontrolada conjuntura de fatos acabou por levar a França à ditadura napoleônica e às guerras subseqüentes que desde o alvorecer do século XIX sacudiram e ensangüentaram a Europa.

A lembrança do lema levantado pelo marcante acontecimento sobreviveu durante largo período do século seguinte e repercutiu intensamente em muitos dos países do mundo ocidental. A nova paixão pela LIBERDADE foi a força propulsora das guerras de independência no Novo Mundo, que introduziram, na galeria dos grandes vultos imortais, as valorosas figuras de Bolívar, San Martín, O'Higgins Sucre e tantos outros heróis, cujos feitos memoráveis levaram ao esfacelamento o gigantesco império colonial espanhol na América.

\* \* \*

Ao iniciar-se o século XIX reinava em Espanha Carlos IV, pai da Princesa Carlota Joaquina, esposa do Príncipe D. João, Regente da Coroa lusitana. Em 1801, desejando Napoleão Bonaparte vingar-se de Portugal pela participação dos navios dessa nação nos cruzeiros ingleses do Mediterrâneo, pressionou êle o soberano espanhol, forçando-o a declarar guerra ao genro.

A notícia do novo rompimento entre as duas nações ibéricas ensejou a Lázaro de Ribeiro, Governador do Paraguai, a oportunidade de tentar a execução do plano expansionista de Azara. Em setembro daquele ano de 1801, comandando imponente flotilha fluvial, apresentou-se o espanhol diante de Coimbra e, em face da flagrante superioridade dos meios materiais a seu dispor, inflado de jactância e certo de obter vitória fácil, intimou a guarnição do Forte à rendição sem luta. A firme negativa de Ricardo Franco não se fez esperar: "Tenho a honra de responder categoricamente a Vossa Excelência que a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que muito ani-



mou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e defendê-los até as duas extremidades, ou de repelir o inimigo ou de sepultar-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram; nesta resolução estão todos os defensores dêste Presídio..."

Depois de nove dias de ataques fracassados e de assédio inoperante à fortaleza, regressaram os espanhóis a Assunção: "e pela primeira vez cumpria Coimbra sua missão histórica de barrar o acesso do inimigo para o norte pelo caminho do rio."

Como represália à ação dos assuncenhos, logo depois os luso-brasileiros atacavam e destruíam o Forte de São José que os espanhóis haviam levantado na margem sul do Apa, com isso se assegurando a posse de mais um ponto lindeiro.

Em novembro de 1807, premida por Napoleão e com os exércitos de Junot às portas do reino, transmigra-se a Família Real portuguesa para o Brasil, aonde chega em princípios de 1808. Neste mesmo ano, volta-se o Corso contra Espanha, prende o Rei Fernando VII e confia o governo do país a seu irmão José Bonaparte.

A situação de tumulto e instabilidade reinante na Europa, a invasão do território nacional de Espanha e a prisão do soberano daquele país, cujos destíños estavam, então, em mãos de um estrangeiro, toda essa série de acontecimentos perturbadores repercutiu intensamente nas colônias hispano-americanas, onde as autoridades locais não souberam nem puderam controlar as atividades dos líderes separatistas, nem conter os impulsos de libertação que uma administração impiedosa, de mentalidade escravocrata e arbitrária, discriminadora de origens e sobretudo exploradora, fizera germinar na alma dessas populações sofredoras, e oprimidas, e que agora, depois dos séculos de sujeição e opróbrio, explodiam num frenesi de liberdade, culos de sujeição e opróbrio, explodiam num frenesi de liberdade, que mesmo a força das armas castelhanas não mais poderia reprimir nem esmagar.

O movimento emancipador teve início no Prata, em 1810, com a criação das independentes Províncias Unidas do Rio da Prata que, julgando-se as naturais herdeiras do passado vice-reino espanhol, com sede em Buenos Aires, ambicionaram a anexação ao país, do alto-Peru, do Paraguai e da Banda Oriental, idéia a que se opuseram autoridades e povos dessas províncias, com decisão e firmeza.

Modificava-se assim o panorama geral na América do Sul. A partir destes fatos os hispano-sul-americanos também tinham contatos a ajustar entre si. Cessavam as pressões sobre as fronteiras do Oeste brasileiro.

Em 1822, o Brasil tornava-se independente, sob regime monárquico, e no ano seguinte era a Capitania de Mato Grosso elevada à categoria de Província do Império; em 1825, o alto-Peru erguia-se em República de Bolívia, mais tarde Bolívia.



Cabe aqui lembrar o interessante incidente de fronteira havido nessa ocasião, felizmente sem maiores conseqüências para o Brasil. Depois da batalha de Ayacucho, travada em 9 de dezembro de 1824, viram-se perdidos os remanescentes do poder castelhano na América do Sul. Teve então o Governador de Chiquitos a idéia infeliz de solicitar do Govêrno Provisório de Mato Grosso a anexação daquela Província ao Império do Brasil, até que fôsem derrotados os "sediciosos" Bolívar e Sucre. Imprudentemente aceita a proposta em Vila Bela, as tropas brasileiras penetraram na Província chiquitana, de onde se retiraram semanas depois, por iniciativa da própria Junta mato-grossense, antes de ter recebido cabal reprovação do ato, por parte do Govêrno, no Rio de Janeiro.

Esse acontecimento, na época, foi muito explorado por elementos interessados em transformar o caso em instrumento de pressão contra o Brasil, para que o Império desocupasse a Província de Montevidéu.

\* \* \*

Quando cessou o domínio de Espanha sôbre suas possessões na América do Sul, não havia tratado algum que regulasse a divisória entre elas e o Brasil, já que o convênio de 1801 não revalidou, nem mesmo em parte, qualquer dos acôrdos anteriores. Continuava em vigor, portanto, o já consagrado princípio do "uti-possidetis", e tão logo teve início a normalização do nôvo regime, tratou o Govêrno Imperial de sustentar o que tinha. Tôda a ação das autoridades em Mato Grosso tinha em vista manter a herança colonial, e por isso se recomendava a permanência de um bom destacamento na Corixa Grande; outro, mais forte ainda, em Casalvasco; e nas circunvizinhanças, até a lagoa Rebeca, a colocação de "alguns indivíduos pela margem oposta do Barbados e pelas terras do Aguapeí, como cultivadores, de modo que se veja que êstes lugares são todos habitados e todos como terreno brasileiro."

#### FIM DA PRIMEIRA PARTE

*(Continua no próximo número)*

---

*"O dever do homem honrado é ensinar os outros a praticarem o bem na esperança de que possam realizar o que lhe foi negado pela falta de oportunidade ou pela iniquidade dos tempos."*

MAQUIAVEL